



# Formação *editorial* Médica

O médico, espera-se que associe valores morais à vocação e ao domínio técnico de sua arte. Daí resultará o profissional humano, dedicado e competente, que todos buscamos e naquele a quem entregamos nossa vida e a dos que nos são caros.

Não poderemos nos furtar de assinalar o fundamental papel da educação pré-universitária na preparação do candidato à escola médica e o rigor que deveria acompanhar sua seleção. Os assim bem preparados estenderão sua educação médica ao longo de pelo menos uma década, os primeiros seis anos (Sete, em alguns países) nas faculdades e os restantes quatro (Cinco ou seis, na União Européia, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e outros países bem-sucedidos) em treinamento sob supervisão habilitada.

Terá, destarte, após os 30 anos, começado uma longa e profícua vida profissional, plena na medida da solidez da educação oferecida nas etapas anteriores. Pois são a solidez e a extensão da cultura médica que instrumentam a obrigatória e contínua atualização. De fato, iniciada a formação universitária, não se cogita interrompê-la, visto que, privado da vital renovação do conhecimento científico, ver-se-á o médico imobilizado tecnicamente, totalmente incapaz de compatibilizar suas ações às exigências da ética profissional.

Assim ocorre hoje nos países desenvolvidos e há muito trabalhamos para que assim também seja no Brasil. Não nos

furtamos a denunciar a gestão irresponsável da educação e, dentro dos limites que a estrutura legal do País nos impõe, temos lutado incessantemente contra a escandalosa proliferação de escolas médicas, que hoje alcança o recorde mundial de 160.

A deterioração do ensino público fundamental só faz agravar as diferenças sociais e torna excepcional o ingresso de seus formados nas universidades sérias. Essas, em sua maioria públicas, também se ressentem do abandono e do isolamento a que têm sido relegadas. As possibilidades de treinamento pós-universitário em Programas de Residência Médica de bom nível são também limitadíssimas.

Se os egressos do ensino público fundamental não alcançam qualificação suficiente, oferecem-lhes “cotas” no lugar da educação consistente. E deixam multiplicarem-se as vagas no ensino superior, em lugar do aparelhamento das instituições existentes.

Estéril em soluções verdadeiras, fértil em iniciativas populistas e eleitoreiras, pródiga quando se trata de atender a indústria do diploma tem sido a gestão da educação e, particularmente da educação médica, sobretudo a partir da década de 90. Apenas entre 2003 e 2005 foram criadas, pelo menos, 26 escolas médicas. Buscando legitimar este volume de negócios, justificam-nas com os argumentos vagos “necessidade social” e “projetos pedagógicos inovadores”. Somente duas das faculdades recém-

criadas encontram-se em Estados onde existe real carência de médicos. As restantes surgiram em Estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, onde há escandaloso excesso destes profissionais.

Tem-se hoje 310 mil médicos em atividade e cerca de 12 mil vagas por ano. Nessas 160 escolas médicas, em que estariam os recursos humanos e materiais suficientes para trazer resultado prático aos tais “projetos pedagógicos inovadores”?

Restringir-se-ão essas propostas a programas de formação rápida, onde o autodidatismo na atividade de campo não-supervisionada substitui a orientação do preceptor qualificado? Voltaremos as costas ao progresso que ainda passa por nós? Afastar-nos-emos irreversivelmente dos padrões internacionais da formação médica, esquecendo os exemplos dos países desenvolvidos?

Esperamos, para o bem da saúde do brasileiro e futuro da medicina no Brasil, que a reconsideração do tema nos conduza a propostas que permitam compatibilizar excelência da formação e excelência da assistência, buscando trazer para nossos cidadãos os benefícios do progresso da ciência atual.

**José Luiz G. do Amaral**

*Presidente da Associação Médica Brasileira*

**Edson de Oliveira Andrade**

*Presidente do Conselho Federal de Medicina*

